



TRT da 7ª Região
Prestação de Contas, Exercício de 2010

RELATÓRIO DE AUDITORIA DA GESTÃO

EXERCÍCIO 2010



TRT da 7ª Região
Prestação de Contas, Exercício de 2010

VERSO PROPOSITADAMENTE EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão – Exercício de 2010



LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACI – Assessoria de Controle Interno
ARP – Ata de Registro de Preços
CGU – Controladoria-Geral da União
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho
DAS – Divisão de Assistência ao Servidor
DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho
DG – Diretoria-Geral
DICON – Divisão de Contabilidade
DLP – Despesa Líquida de Pessoal
DN – Decisão Normativa
DEJT – 7ª Região – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – Caderno da 7ª Região
DSOF – Diretoria do Serviço de Orçamento e Finanças
EJ – Escola Judicial do TRT - 7ª Região
GP – Gabinete da Presidência
GRU – Guia de Recolhimento à União
IM – Individualização de Imóveis
IN – Instrução Normativa
Memo. - Memorando
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Of. - Ofício
LOA – Lei Orçamentária Anual
PAAC – Plano Anual de Ações de Controle
PAC – Plano Anual de Capacitação
PE – Pregão Eletrônico
P.g. – Protocolo geral
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
Port. – Portaria
PPC – Programa Permanente de Capacitação
Proc. – Processo
Pron. - Pronunciamento
PRT – 7ª REGIÃO – Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região
RAAC – Relatório Anual de Ações de Controle
RAP – Restos a pagar
RASAC – Relatório Anual Seccional de Auditoria de Gestão
RCL – Receita Corrente Líquida
Res. – Resolução
RG – Relatório de Gestão
RPV – Requisições de Pequeno Valor
SAOF – Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
SCI – Secretaria de Controle Interno
SCGAP/ SCI – Seção de Controle da Gestão Administrativa e Patrimonial da SCI
SCGOF/SCI – Seção de Controle da Gestão Orçamentária e Financeira da SCI



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão – Exercício de 2010



SCGP/ SCI – Seção de Controle da Gestão de Pessoas da SCI
Setor de Cadastro, Movimentação e Lotação (SCML)
SGE- Secretaria de Gestão Estratégica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira da Administração Pública Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICON – Sistema de Gestão de Contratos
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos imóveis de uso especial da União
SPT1 – Sistema de Acompanhamento Processual Trabalhista do 1º Grau de Jurisdição
SPT2 – Sistema de Acompanhamento Processual Trabalhista do 2º Grau de Jurisdição
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRP – Sistema de Registro de Preços
STF – Supremo Tribunal Federal
STI – Secretaria de Tecnologia da Informação
STJ – Superior Tribunal de Justiça
SUAP – Sistema Unificado de Administração Processual
TCU – Tribunal de Contas da União
TP – Tomada de Preços
TRT7 – Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região
TRF – Tribunal Regional Federal
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UO – Unidade Orçamentária



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão – Exercício de 2010



SUMÁRIO

1. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	7
2. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO	7
3. AVALIAÇÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	7
4. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	8
5. AVALIAÇÃO DA REGULARIDADE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES	8
6. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	8
7. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO TCU E PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	9
8. PASSIVOS SEM A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS OU DE RECURSOS	9
9. AVALIAÇÃO QUANTO À CONFORMIDADE DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	9
10. FALHAS OU IRREGULARIDADES COM DANO OU PREJUÍZO	9
11. FALHAS OU IRREGULARIDADES SEM DANO OU PREJUÍZO	9
12. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE AS JUSTIFICATIVAS DOS RESPONSÁVEIS.....	10
13. AVALIAÇÃO OBJETIVA DA POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	10
14.. OBJETIVIDADE DOS CRITÉRIOS PARA A AFERIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CAPACIDADE OPERACIONAL PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO DE CONVENIENTES (ART. 5º DO DECRETO 6.170/2007).....	10
15. AVALIAÇÃO OBJETIVA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES DISPONÍVEIS , RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV (§3º DO ART. 19 DA LEI Nº 12.309/10)	10
16. AVALIAÇÃO OBJETIVA SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	11
17. AVALIAÇÃO OBJETIVA ACERCA DA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS	11
18. AVALIAÇÃO OBJETIVA SOBRE A GESTÃO DOS “BENS DE USO ESPECIAL”	12
19. AVALIAÇÃO OBJETIVA SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	12



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão – Exercício de 2010



VERSO PROPOSITADAMENTE EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão – Exercício de 2010



APRESENTAÇÃO

Em conformidade com o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal, com o Art. 6.º da Lei n.º 8.443, de 16/7/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), com o Art. 2º da Decisão Normativa TCU n.º 107, de 27/10/2010, e nos termos da Instrução Normativa TCU n.º 63, de 1º/9/2010, e da Portaria TCU n.º 277, de 7/12/2010, a Administração deste Regional emitiu seu Relatório da Gestão, entregue em 31/3/2011 e reenviado ao TCU em 10/5/2011.

Atendendo ao disposto na Decisão Normativa TCU n.º 110, de 1º/12/2010, também na Instrução Normativa TCU n.º 63/2010 e no Ato TRT 7.ª Região n.º 101, de 29/4/2005, esta Secretaria de Controle Interno procedeu à auditoria de gestão, examinando as contas prestadas pelos Dirigentes, Ordenadores de Despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos da Corte Trabalhista da 7.ª Região, quanto ao período de 1º/1/2010 a 31/12/2010.

As ações de controle desenvolvidas por esta Secretaria no exercício de 2010 se conformaram às diretrizes de controle, estabelecidos pelo Ato TRT n.º 101/2005, e ao Plano Anual de Ações de Controle (PAAC) de 2010, e nelas foram priorizadas as atuações preventiva e orientadora, com o fim de evitar ou minimizar a ocorrência (e reincidência) de falhas e/ou impropriedades, conduzindo à contínua melhoria dos processos de trabalho e procedimentos adotados.

As ações programadas para o exercício e as efetivamente executadas estão descritas, circunstanciadas e justificadas no PAAC 2010 e no Relatório Anual de Ações de Controle (RAAC) referente ao mesmo exercício.

Todos os fatos apurados nas ações de controle realizadas foram informados às unidades auditadas e à Administração Superior (representada pela Presidência e/ou pela Diretoria-Geral), por meio de relatórios, pareceres, e/ou diligências nos processos, bem como por expedientes avulsos, como memorandos e exposições de motivos.

Em relação às impropriedades detectadas, constatarem-se soluções ainda pendentes, quanto às quais é necessária a ultimação das providências de regularização por parte da Administração, e que serão objeto de monitoramento por parte da SCI.

Ainda atendendo às disposições da Decisão Normativa TCU n.º 110/2010, esta Secretaria organizou os autos do processo de prestação de contas, anexando-lhe:

- (i) Rol de Responsáveis;
- (ii) Relatório de Gestão e Anexo (declaração do contador responsável);
- (iii) Ata da Correição Ordinária realizada pelo TST neste Tribunal, no período de 12 a 16 de abril de 2010, publicada no DEJT de 5/5/2010;
- (iv) Ofício TRT GP n.º 425/2010, da Presidência, e anexo, relatando as providências pertinentes às recomendações constantes na Correição Ordinária;
- (v) PAAC – 2010;
- (vi) RAAC – 2010 e RASAC'S - 2010;
- (vii) Relatório de Monitoramento SCGP n.º 1/2011 - Relatório de Auditoria n.º 1/2009 de Folhas de Pagamento (2008 e 2009);
- (viii) Relatório de Auditoria SCGP n.º 1/2011 de Folhas de Pagamento (2009 e 2010) ;
- (ix) Relatório de Auditoria SCGP n.º 2/2011 de Folhas de Pagamento (2010);
- (x) Relatório de Monitoramento da Auditoria do Rol de Responsáveis e anexos; e despacho;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão – Exercício de 2010



- (xi) Auditoria sobre declarações de bens e renda de servidores ocupantes de cargo em comissão e função de confiança (Exercício 2009/Ano-Calendário 2008);
- (xii) Relatório de auditoria pertinente às declarações de bens e renda de servidores ocupantes de cargo em comissão e função de confiança (Exercício 2010/Ano-Calendário 2009);
- (xiii) Relatório de Auditoria de Gestão – Gabinete, que abrange o parecer indicado no Anexo II da DN TCU nº 110/2010;
- (xiv) Relatório de Auditoria de Gestão Seccional – SCGAP;
- (xv) Relatório de Auditoria de Gestão Seccional – SCGP;
- (xvi) Relatório de Auditoria de Gestão Seccional – SCGOF;
- (xvii) Certificado de auditoria;
- (xviii) Parecer da Secretaria de Controle Interno, conforme Anexo V da DN TCU nº 110/2010; e
- (xix) Pronunciamento do Desembargador-Presidente do TRT 7ª Região.

Convém esclarecer que, através da Exposição de Motivos ACI nº 6, de 16/11/2010 (Processo p.g.. nº 35.919/2010-1), esta unidade de Controle Interno reapresentou proposta de edição de Ato Normativo sobre ações de auditoria e controle, em conformidade com as recomendações do Acórdão TCU nº 1074/2009 – Plenário, o que se deu por meio da Resolução TRT7 nº 4/2011, publicada no DEJT de 12/1/2011 e do Ato TRT7 nº 26/2011, disponibilizado no DEJT nº 657 de 27/1/2011, Caderno do TRT da 7ª Região; mediante este mesmo normativo, ainda, esta unidade, antes “Assessoria de Controle Interno”, passou a ser “Secretaria de Controle Interno”.

Apresenta-se, a seguir, o Relatório de Auditoria da Gestão, do qual fazem parte integrante os Relatórios de Auditoria Seccionais e do Gabinete desta Secretaria¹, referidos ao longo do texto, quando necessário.

¹ Seção de Controle da Gestão Administrativa e Patrimonial (SCGAP), Seção de Controle da Gestão Orçamentária e Financeira (SCGOF) e Seção de Controle da Gestão de Pessoas (SCGP).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão – Exercício de 2010



1. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

A avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão, abrangendo considerações quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos e metas (físicas e financeiras) planejados para o exercício, identificando as causas de insucessos no desempenho da ação administrativa, foi realizada pela Seção de Controle da Gestão Orçamentária e Financeira (SCGOF) desta Secretaria, estando consignada em seu relatório seccional, no item 1 e seus subitens.

2. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO

A avaliação dos indicadores orçamentário-financeiros utilizados no Relatório apresentado pela Administração para avaliar o desempenho da gestão, quanto à mensurabilidade e à utilidade, foi realizada também pela SCGOF, item 2 de seu relatório seccional.

Ante a omissão dos indicadores institucionais no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2010, a própria SCGOF, a partir de dados fornecidos pelo Setor de Estatística do Tribunal, procedeu ao cálculo dos índices de 2010, e à respectiva avaliação, assim como dos dados pertinentes às atividades jurisdicionais, itens 2 e 3 do relatório seccional.

Quanto aos indicadores de desempenho “j” (Índice de Realização da Despesa por Dispensa de Licitação), “k” (Índice de Realização da Despesa por Inexigibilidade de Licitação) e “l” (Índice de Realização da Despesa por Pregão), constantes do Quadro XXIII do Relatório Seccional da SCGOF, é de se ressaltar que, se calculados em relação ao montante orçamentário para cuja execução é exigível procedimento licitatório (ou enquadramento em hipóteses legais de dispensa ou inexigibilidade), as aquisições e contratações realizadas em 2010, segundo a fundamentação legal/ procedimento licitatório, resultarão nas seguintes proporcionalidades²: 22,97% por dispensa de licitação; 9,53% por inexigibilidade de licitação; 67,26% por pregão eletrônico e 0,24% por tomada de preços (contratação prorrogada, já que em 2010 não houve nenhuma TP).

3. AVALIAÇÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

A avaliação sobre o sistema de controle interno, no âmbito deste Tribunal, foi consignada no relatório de auditoria do Gabinete desta Secretaria, abrangendo todos os tópicos relacionados no item 1 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 110/2010.

² Apuradas pela SCGOF.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão – Exercício de 2010



4. TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

No âmbito do TRT – 7ª Região, não houve transferência de recursos mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou quaisquer outros instrumentos congêneres de natureza financeira, regidos pelo Decreto Federal nº 6.170/2007 e pela Portaria Interministerial nº 127/2008, para o exercício de referência.

Convém ressaltar que os ajustes estabelecidos por este Tribunal com instituições financeiras (Banco do Brasil e CAIXA), abrangendo cessão de uso de espaço, administração de contas e outros tópicos, dentre eles a previsão de contraprestação financeira em proveito do TRT, não se enquadra na normatização citada; por tal razão não foram inseridos no SICONV, conforme ressaltado pela SCGAP, com base em declaração da Secretária de Administração, Orçamento e Finanças, Anexo II do Relatório de Gestão.

Também a orientação expedida pela Corte de Contas (Portaria TCU nº 277/2010) para preenchimento dos quadros indicativos de tais transferências, indicara que ali deveriam constar os “instrumentos de transferências que tenham como polo ativo (contratante, concedente, etc.) uma a (sic) UJ que estiver apresentando o Relatório de Gestão (...), no exercício de 2010.”

Em que pese tais considerações, a Administração houve por bem indicar o conteúdo dos ajustes em tela no quadro correspondente (Anexo I do Relatório de Gestão, fls. 141/150); conforme ressaltado pela SCGAP e segundo previsto no PAAC/2011, os acordos de cooperação celebrados com instituições financeiras serão objeto de exame de conformidade neste exercício, sob a ótica de deliberações do TCU³, atentando a recomendação constante de decisão proferida sobre prestação de contas deste Regional, relativa ao exercício de 2008⁴.

5. AVALIAÇÃO DA REGULARIDADE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

A avaliação da regularidade dos processos licitatórios realizados pelo Tribunal, bem como das contratações diretas, em conformidade com a execução do PAAC 2010, realizado com base em critérios de materialidade, relevância e risco, consta do relatório seccional de auditoria da SCGAP, item 2 e Anexos I a III.

6. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A avaliação da gestão de recursos humanos, abrangendo a análise da força de trabalho existente, da observância à legislação sobre proporcionalidade de funções comissionadas e cargos em comissão e sobre admissão, remuneração, cessão, requisição de pessoal, bem como concessão de aposentadoria e pensão, foi realizada pela Seção de Controle da Gestão de Pessoal (SCGP), item 2 de seu relatório seccional.

³ Acórdãos TCU nºs 1.457/2009 – Plenário, 902/2010 – Plenário e 1.623 2010 – 1ª Câmara.

⁴ Acórdão TCU nºs 5.293/2010 – 1ª Câmara.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão – Exercício de 2010



7. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO TCU E PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

A indicação das determinações do TCU a este Tribunal, com as respectivas providências e avaliação, constam do relatório seccional de auditoria da SCGP, subitem 3.1.

As recomendações expedidas pelo Controle Interno, as providências adotadas e a respectiva avaliação estão consignadas nos relatórios seccionais (subitem 3.3 no relatório SCGP, subitem 6.2 no SCGOF, Anexo V do relatório da SCGAP e subitem 2.2. do relatório do Gabinete).

8. PASSIVOS SEM A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS OU DE RECURSOS

A avaliação sobre os passivos verificados sem previsão orçamentária fora realizada pela SCGOF, conforme item 7 do respectivo Relatório Seccional.

9. AVALIAÇÃO QUANTO À CONFORMIDADE DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Avaliação quanto à conformidade da inscrição de Restos a Pagar em 2010, em conformidade com a legislação pertinente, também foi realizada pela SCGOF, conforme consignado em seu relatório seccional, no item 2, em análise posterior ao Gráfico V: Índice de Liquidação de RAP Não Processados Inscritos/Reinscritos e Pagos.

10. FALHAS OU IRREGULARIDADES COM DANO OU PREJUÍZO

Conforme declarado em todos os relatórios seccionais e no relatório do Gabinete, no exercício de 2010 não foram constatadas falhas ou irregularidades causadoras de dano ou prejuízo ao erário.

11. FALHAS OU IRREGULARIDADES SEM DANO OU PREJUÍZO

Conforme registrado nos relatórios seccionais da SCGP e da SCGOF e do Gabinete, nenhuma das ações de controle empreendidas em 2010 resultaram em conclusão pela irregularidade do procedimento, em decorrência de constatação de impropriedades, falhas ou irregularidades (com ou sem dano ao erário, respectivamente) conforme terminologia utilizada na Decisão Normativa TCU nº 110/2010

O relatório da SCGAP faz ressalva quanto ao procedimento descrito no subitem 2.2.1 de seu relatório seccional, ponderando que, entretanto, tal irregularidade não se mostraria suficiente a macular as contas da gestão; refere-se ao Processo p.g. nº 36.831/08-0, pertinente a locação de imóvel, situado no município de Aracati/CE, para funcionamento do Posto Avançado da Justiça Trabalhista, vinculado administrativamente à Vara do Trabalho de Limoeiro do Norte, quanto ao qual foram emitidos pronunciamentos em 2010 pugnando pela sua regularização (Pronunciamentos SCGAP/SCI nºs 19 e 67/10), sem sucesso, culminando no Pron. SCGAP/ACI nº 3/2011, que concluiu efetivamente pela irregularidade do procedimento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão – Exercício de 2010



12. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE AS JUSTIFICATIVAS DOS RESPONSÁVEIS

As avaliações sobre as justificativas dos responsáveis foram registradas ao longo dos relatórios seccionais e do gabinete desta Secretaria.

Não foram apresentadas justificativas para a diminuição do desempenho das atividades jurisdicionais de primeiro e segundo graus de jurisdição; também não foram apresentadas justificativas para as impropriedades constatadas no Processo p.g. nº 36.831/08-0, pertinente a locação de imóvel, situado no município de Aracati/CE, para funcionamento do Posto Avançado da Justiça Trabalhista, vinculado administrativamente à Vara do Trabalho de Limoeiro do Norte.

13. AVALIAÇÃO OBJETIVA DA POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

Avaliação objetiva da posição patrimonial e financeira da entidade, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e a aderência às normas em vigor, foi realizada pela SCGOF, conforme item 5 de seu relatório seccional .

14. OBJETIVIDADE DOS CRITÉRIOS PARA A AFERIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CAPACIDADE OPERACIONAL PARA O CHAMAMENTO PÚBLICO DE CONVENIENTES (ART. 5º DO DECRETO 6.170/2007)

Consoante registrado no item 4 deste Relatório, no âmbito do TRT – 7ª Região, no exercício de 2010, não houve transferência de recursos mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou quaisquer outros instrumentos congêneres de natureza financeira, regidos pelo Decreto Federal nº 6.170/2007 e pela Portaria Interministerial nº 127/2008, pelo que se conclui inaplicável esta avaliação.

15. AVALIAÇÃO OBJETIVA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES DISPONÍVEIS , RESPECTIVAMENTE, NO SIASG E NO SICONV (§3º DO ART. 19 DA LEI Nº 12.309/10)

A avaliação objetiva referida neste tópico foi realizada pela SCGAP, constando de seu relatório seccional de auditoria da SCGAP, item 4.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão – Exercício de 2010



16. AVALIAÇÃO OBJETIVA SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Em 2010 e em 2011 foram concluídas as auditorias realizadas pela SCGOF sobre a obrigação disposta na Lei nº 8.730/1993, bem como as análises da compatibilidade da variação patrimonial, quanto às declarações entregues em 2009 e em 2010.

A auditoria pertinente às declarações do exercício de 2009, ano-calendário 2008, foi concluída em abril de 2010 (Parecer SCGOF/ ACI nº 12/2010); por meio do Pronunciamento Gabinete ACI nº 127, de 30/8/2010, o Processo pg nº 43.342/2009-5, autuado posteriormente como Processo TRT7. nº 2.272/2011, foi submetido à Presidência, sendo recomendada a instauração de sindicância patrimonial, nos moldes definidos no art. 5º do Decreto nº 5.483/2005, ante a inércia de dois ex-servidores no atendimento à obrigação, o que foi atendido quanto ao inadimplente remanescente, por meio do Despacho nº 5.076, de 7/7/2011.

Os trabalhos de análise das Declarações de Bens e Rendas referentes ao Exercício 2010/Ano-Calendário 2009, dos servidores ocupantes de cargos comissionados ou funções de confiança deste Regional, foram concluídos em dezembro de 2010 (Parecer SCGOF/ ACI nº 55/2010), com as seguintes constatações:

- a) todos os servidores ocupantes de cargos comissionados e/ou funções de confiança deste Tribunal, inclusive os constantes no rol de responsáveis, apresentaram cópias das declarações e recibos de Imposto de Renda;
- b) as variações patrimoniais analisadas⁵ estão compatíveis com os ganhos declarados;
- c) as inconsistências verificadas na análise das variações patrimoniais foram justificadas e decorreram de erro material, quando da prestação de informações ao Fisco;
- d) foi procedida à correção/ratificação no Sistema Mentorh dos nomes dos declarantes constantes das declarações de imposto de renda; e
- e) não se detectou nenhum servidor⁶ percebendo mais de uma fonte de renda (excetuados os aposentados do INSS e os que perceberam rendimentos de previdência privada).

Cabe destacar outra constatação importante registrada no Relatório do Parecer SCGOF/ ACI nº 55/2010, qual seja, “divergência entre a lista de servidores ocupantes de cargo em comissão e/ou de função gratificada durante o ano de 2009, apresentada pelo Setor de Cadastro, Movimentação e Lotação (SCML) e a elaborada por esta Seção (SCGOF), com base no Sistema Mentorh”, registrando ausência de 91 (noventa e um) servidores que exerceram função gratificada ou cargo em comissão em 2009 e que não constavam da relação utilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas; após provocação desta unidade de Controle, os servidores que não constavam na lista foram diretamente notificados e apresentaram suas declarações.

17. AVALIAÇÃO OBJETIVA ACERCA DA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE

⁵ No tocante à análise das variações patrimoniais, a auditoria foi realizada mediante técnica de amostragem aleatória, tendo sido utilizada uma amostra de 10% (dez por cento) das declarações apresentadas no prazo.

⁶ A partir da amostra aleatória previamente selecionada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Relatório de Auditoria de Gestão – Exercício de 2010



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

A avaliação objetiva alvo deste tópico foi realizada pela SCGAP, conforme item 5 de seu relatório seccional.

18. AVALIAÇÃO OBJETIVA SOBRE A GESTÃO DOS “BENS DE USO ESPECIAL”

Avaliação também realizada pela SCGAP, conforme item 6 de seu relatório seccional.

19. AVALIAÇÃO OBJETIVA SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Esta avaliação foi realizada pelo Gabinete da SCI, e está detalhadamente consignada no item 3 de seu relatório de auditoria de gestão.

Este é o Relatório de Auditoria de Gestão desta Secretaria, integrado, como já indicado alhures, pelos Relatórios de Auditoria Seccionais e do Gabinete desta Secretaria, em sequência.

Fortaleza (CE), 27 de julho de 2011

Ana Paula Borges de Araújo Zaupa
Secretária de Controle Interno